

A PRAÇA DA CIDADANIA E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A QUALIDADE DA PAISAGEM URBANA

Vivian Dall'Igna Ecker (vivianecker@gmail.com)

Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI); Faculdade Metropolitana de Rio do Sul / Santa Catarina - Brazil

Palavras chave: qualidade da paisagem urbana; campus universitário; praça.

INTRODUÇÃO: Nas cidades, quando há falta de integração espacial, os ecossistemas tendem a constituir-se como fragmentos de paisagem, o que vêm a comprometer o desempenho ambiental. A fim de contribuir para uma ação direcionada à sustentabilidade, a abordagem sistêmica pode atuar, na escala microrregional, através da implementação de um sistema de áreas verdes nas cidades. Estas áreas verdes realizariam a gestão do microclima e da paisagem, através de parques, praças e jardins, por exemplo. OBJETIVO: Nas praças, a criação e a manutenção de áreas verdes justificam-se pela contribuição ao bem-estar humano e ao desempenho ambiental. Nesta pesquisa, objetiva-se descrever as principais características da praça central do Campus da UFSC, a Praça da Cidadania, entendida como um espaço referencial, do ponto de vista ambiental, para o campus e o seu entorno urbano. A praça também é um importante espaço de centralidade, para as práticas de sociabilidade da comunidade universitária. MÉTODO: O procedimento técnico utilizado foi o de pesquisa bibliográfica, esclarecendo as noções e definições acerca da temática. Inicialmente, serão apresentados os conceitos de “área verde” e de “praça”, que fundamentam a pesquisa. A seguir, serão apresentadas as principais características da Praça da Cidadania, entendida como um espaço referencial, para o cotidiano da universidade. RESULTADOS: A Praça da Cidadania foi projetada por um importante paisagista brasileiro, Roberto Burle Marx, e nela podem ser identificados atributos, que definem a praça como um espaço referencial para a valorização paisagística e ambiental. Muitas espécies, por ele propostas, tornaram-se referenciais ao paisagismo brasileiro, e são empregadas até hoje, no projeto de parques, praças e jardins. CONCLUSÃO: Em seu desenvolvimento, a presente pesquisa objetivou descrever, inicialmente, os conceitos de “áreas verdes” e de “praça”, elucidando-os como a sua fundamentação teórica. A seguir, descreveu as principais características da praça central do Campus da UFSC, a Praça da Cidadania. Com a descrição destas informações, espera-se contribuir com estudos que avancem em soluções para a qualidade da paisagem urbana.

1. INTRODUÇÃO

Nas cidades, quando há falta de integração espacial, os ecossistemas tendem a constituir-se como fragmentos de paisagem, o que vêm a comprometer o desempenho ambiental. A fim de contribuir para uma ação direcionada à sustentabilidade, uma abordagem sistêmica pode vir a atuar, na escala microrregional, através da implementação de um sistema de áreas verdes. Estas áreas verdes realizariam a gestão do microclima e da paisagem, através de parques, praças e jardins, por exemplo. Com base neste pressuposto, acredita-se que a qualidade da paisagem urbana está diretamente relacionada com a existência de áreas verdes nas cidades, e a presente pesquisa objetiva contribuir com estudos orientados a tal abordagem, ao utilizar como estudo de caso a Praça da Cidadania, localizada no Campus da UFSC.

2. OBJETIVO

Nas praças, a criação e a manutenção de áreas verdes justificam-se pela contribuição ao bem-estar humano e ao desempenho ambiental. Nesta pesquisa, objetiva-se descrever as principais características da praça central do Campus da UFSC, a Praça da Cidadania, entendida como um espaço referencial, do ponto de vista ambiental, para o campus e o seu entorno urbano. A praça também é um importante espaço de centralidade, para as práticas de sociabilidade da comunidade universitária.

3. METODOLOGIA

O procedimento técnico utilizado foi o de *pesquisa bibliográfica*, esclarecendo as noções e definições acerca da temática. Adotou-se o método de consulta à documentação, obtendo-se informações em livros, periódicos, artigos, teses e páginas eletrônicas, produzidos por autores referenciais na temática. Inicialmente, serão apresentados os conceitos de “área verde” e de “praça”, que fundamentam a pesquisa. A seguir, serão apresentadas as principais características da Praça da Cidadania, entendida como um espaço referencial, para o cotidiano da universidade.

4. RESULTADOS

A Praça da Cidadania foi projetada por um renomado paisagista brasileiro, Roberto Burle Marx, e nela podem ser identificados atributos que a definem como um espaço de grande importância, para a valorização paisagística e ambiental. Em seu desenho paisagístico, Burle Marx explorou formas, cores e texturas, em composições livres e abstratas. Muitas espécies, por ele propostas, tornaram-se referenciais para o paisagismo brasileiro, e são empregadas até a atualidade, no projeto de parques, praças e jardins. A seguir, serão apresentados os conceitos de “áreas verdes” e “praça”, que estruturam a pesquisa, finalizando-se com a apresentação das principais características da praça em estudo.

4.1 Áreas verdes

Nas praças, a criação e a manutenção de áreas verdes justificam-se pela contribuição ao bem-estar humano e ao desempenho ambiental das cidades. A contribuição ao bem-estar humano está relacionada à Percepção Ambiental, área do conhecimento cujos estudos descrevem a influência da vegetação sobre o comportamento humano, e buscam elucidar os benefícios da interação do homem com o ambiente natural (KAPLAN, 1998). Estes benefícios evidenciam o incentivo à criatividade e ao desenvolvimento humano, a redução dos níveis de estresse, e o poder de recuperação, concentração e alívio, proporcionados pelo contato humano com a vegetação (VALESAN, 2009).

A contribuição ao desempenho ambiental das cidades atesta que a vegetação contribui, de modo significativo, para o conforto ambiental, influenciando positivamente nas condições do solo, no ciclo hidrológico e na quantidade e diversidade da flora e fauna. A implementação de áreas verdes, em detrimento a áreas impermeáveis, auxilia no equilíbrio solo-clima-vegetação, ao atuar no controle da erosão do solo e contribuir para as estratégias de drenagem urbana (MASCARÓ, 1996). As áreas verdes também contribuem para equilibrar o microclima urbano, pois neutralizam as ilhas de calor, reduzem os ventos frios de inverno, controlam a intensidade da radiação solar, temperatura e umidade, e atenuam os extremos climáticos, melhorando as condições de habitabilidade nas cidades (MASCARÓ, 1996; SATTLER, 2007; LOBODA; ANGELIS, 2005).

Especialistas atestam que cidades com elevado número de praças possuem vantagens que se refletem na diminuição da poluição atmosférica, na existência de grandes áreas com acesso à insolação, na atenuação dos níveis de ruído e na melhoria da estética urbana, devido à presença de vegetação em seus espaços. Em climas quentes, a vegetação se

converte em condicionador térmico, interceptando e absorvendo, através das folhas, até 90% da energia solar incidente (RIVERO, 1986 apud SATTLER, 2007²⁰). Estudos comprovam que uma superfície revestida com grama, exposta ao sol, apresenta temperaturas consideravelmente inferiores àquelas apresentadas por superfícies revestidas com materiais tradicionais de construção (como um passeio revestido com pedra, por exemplo), à sombra (SATTLER, 2007).

As áreas verdes são uma categoria de espaço livre, com características predominantemente naturais, independente do porte da vegetação (MAGNOLI, 2006). Autores citam, porém, que nem todas as praças são consideradas verdes, quando estas não possuem vegetação, mas apenas superfícies impermeabilizadas (OLIVEIRA, 1996). As praças podem ser de propriedade pública ou privada, mas serão consideradas verdes, portanto, desde que apresentem algum tipo de vegetação, com dimensão vertical significativa. De acordo com autores, para serem consideradas áreas verdes, as praças devem ter a predominância de áreas vegetadas (com cobertura vegetal e solo permeável) que ocupem, pelo menos, 70% de sua área total (BUCHERINI FILHO; NUCHI, 2006).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006), considera-se área verde *"o espaço, de domínio público, que desempenha função ecológica, paisagística e recreativa, e propicia a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização"*. Benini e Martin (2010) conceituam área verde como *"todo espaço livre que foi apropriado como de uso comum, com algum tipo de vegetação (espontânea ou plantada) que contribua em termos ambientais (fotossíntese, evapotranspiração, sombreamento, permeabilidade, conservação da biodiversidade, mitigação dos efeitos da poluição sonora e atmosférica) e que seja utilizado com objetivos sociais, ecológicos, científicos ou culturais"*.

Nas cidades, as áreas verdes estão presentes numa variedade de situações: em áreas públicas; nos canteiros centrais do sistema viário; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação; em áreas de preservação permanente; nos jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificados, estas últimas classificadas como áreas verdes públicas ou de uso coletivo²¹ (MMA, 2006). Um dos critérios para definir a distribuição das áreas verdes nas cidades é considerar o índice de área verde por habitante (IAV). A ONU recomenda que as cidades tenham, no mínimo, 18 m²/hab. No Brasil, é reconhecido, em média, o índice de 15 m²/hab de áreas verdes destinadas à recreação, recomendado pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana²² (SBAU, 1996).

Nas cidades, a proposição de um sistema de áreas verdes implica em reconhecer os conceitos desenvolvidos pela ecologia da paisagem. A ecologia da paisagem estuda a relação existente, numa dada paisagem, entre padrões, fluxos e processos ecológicos (PENTEADO; ALVAREZ, 2007). De acordo com Metzger (2001), o ponto de partida da ecologia de paisagens é semelhante ao da ecologia de ecossistemas, na qual se identificam estruturas organizacionais que, conectando diferentes ecossistemas, contribuem para o desempenho ambiental. A ecologia de paisagens pode ser entendida como uma ecologia de interações espaciais entre as diferentes unidades da paisagem (METZGER, 2001).

²⁰ RIVERO, R. *Arquitetura e clima: condicionamento térmico natural*. Porto Alegre: D.C. Luzzato, 1986.

²¹ Estas últimas compreendem as praças, parques, bosques urbanos e áreas arborizadas dentro dos complexos históricos.

²² Identifica-se, entretanto, uma grande variabilidade nas cidades brasileiras: São Paulo (devido à intensa urbanização dos últimos 50 anos, e a presença de 97,5% da população ocupando a zona urbana) possui o índice de área verde pública de 2,9m²/hab; já Curitiba, apresenta um índice de 64,5 m²/hab (o mais alto do país).

A partir desta abordagem, entende-se que a conexão entre as áreas verdes da cidade será fundamental para viabilizar os intercâmbios ecológicos, de movimentação da fauna e flora, uma vez que o ecossistema urbano funciona de forma dependente do ambiente natural (TARDIN, 2008). A fim de garantir-se o desempenho ambiental, é fundamental planejar as áreas verdes de forma integrada: cada edificação, ou espaço público, com suas áreas verdes circundantes, devem ser projetados não só como um sistema em si, mas como parte de um sistema maior, que por sua vez é um subsistema de outro sistema, e assim por diante. A abordagem sistêmica, na proposição de áreas verdes, contribuirá para o desempenho ambiental, em duas escalas: à escala macrorregional, na gestão ambiental da cidade, e à escala microrregional, na gestão do microclima e da paisagem local.

A partir destas afirmativas, considera-se a importância de conectividade das áreas verdes do campus, com as áreas verdes de seu entorno urbano. Também, considera-se a conectividade entre todas as áreas verdes existentes no perímetro interno ao campus (incluindo-se àquelas da Praça da Cidadania), a fim de obter-se um melhor desempenho ambiental do conjunto, devido à função ecológica exercida pelo sistema de áreas verdes. Tendo-se apresentado este conceito, agora discorrer-se-á sobre o conceito de praça.

4.2 Praça

De acordo com Vaz (2002), as praças são os espaços públicos nos quais ocorrem os encontros do cotidiano, e possuem qualidades arquitetônicas e paisagísticas que favorecem a interação social. Estas qualidades serão traduzidas em uma série de ambiências, cujas configurações variam de acordo com a natureza do espaço, e a sua função de uso. Segundo o autor, o termo praça deriva do latim *platea* (rua larga), designando, na linguagem coloquial brasileira, um tipo particular de espaço público – uma forma arquitetônica aberta. O caráter da praça será definido por um conjunto de atributos, organizados em determinada disposição cenográfica: nas praças, a diversidade de eventos (as atividades, as cenas de encontro, os grupos a conversar, os indivíduos a olhar o movimento) constituem referências que afirmam a sua centralidade, e caracterizam a sua vocação como um espaço urbano referencial – um ponto nodal, um espaço de convergência (VAZ, 2002). De acordo com Vaz (2002), esse potencial é verificável, sobretudo, nas praças incorporadas às áreas centrais das cidades, às articulações do sistema de transporte coletivo e às áreas comerciais mais dinâmicas. Complementando estas definições, autores referenciais também discorrem sobre o conceito de praça:

- De acordo com Sitte (1992), a praça, na cidade tradicional, bem como a rua, estabelecia estreita relação do espaço livre com o conjunto edificado envolvente (as fachadas as edificações), organizando o cenário urbano. Revelava uma arquitetura de grande apuro, onde se concentravam os principais edifícios da cidade, oficiais ou religiosos, ficando os demais edifícios em um plano de inferior importância. Por esta razão, no perímetro das praças se edificavam as instituições referenciais (tais como igrejas, palácios governamentais, câmaras legislativas, fóruns).
- Para Lamas (1993), a praça é um componente morfológico das cidades ocidentais que, distinguindo-se de espaços que são o resultado acidental do alargamento ou da confluência de traçados, caracteriza-se pela organização espacial e pela intencionalidade de desenho. A este propósito, Lamas (1993) ainda define a praça como o lugar público do encontro, da permanência, do comércio e da circulação, que funciona como palco para acontecimentos festivos, comemorações e manifestações, no qual a arquitetura possui destaque. Para o autor, a praça possui função de convívio, geralmente está inserida no tecido urbano com área aproximada à de uma quadra, e contém expressiva cobertura vegetal, mobiliário urbano e infraestrutura.
- Lynch (2011) define que as praças são espaços nos quais proporcionar o bem-estar dos indivíduos é o principal objetivo. Em relação à morfologia urbana, sobretudo por

preencher o tecido urbano com seu caráter de espaço plurifuncional, as praças atuam

- como referência espacial na paisagem conformada pelas edificações. E, por funcionarem como pontos nodais no tecido urbano, contribuem para a apropriação social dos espaços da cidade.
- Para Caldeira (2007), as praças têm desenvolvido, na cultura ocidental, um papel referencial: toda cidade possui uma praça que se destaca, como palco de eventos históricos, espaço agregador, local de convergência, símbolo urbano. A praça é uma tipologia comum às culturas urbanas de origem européia ocidental, associada à imagem de espaço livre, cercado de edificações. Sustenta um patrimônio rico em história e tradição, configurando-se como um local com elevado conteúdo simbólico.
- De acordo com Mascaró (1996; 2007), a praça é um espaço livre, de uso coletivo, que possui funções urbanas e arquiteturas significativas. É um local com configuração singular, delimitada pelas fachadas das edificações que a circundam, compreendida como uma subtração no conjunto edificado. Nela, a vegetação, o mobiliário, a infraestrutura, os equipamentos, a iluminação pública, os percursos peatonais, a drenagem das águas pluviais, os usos do solo, entre outros, são indispensáveis para atrair a população e para garantir a qualidade da paisagem urbana. A presença da vegetação contribui, particularmente, para garantir o bem-estar humano e para favorecer o desempenho ambiental.

Nesta pesquisa, a partir das informações elencadas, conceitua-se o termo praça como “o espaço público urbano, com características de convergência e centralidade, que está destinado às práticas de sociabilidade, e no qual está prevista uma porcentagem significativa de áreas verdes, destinada a cumprir funções ecológicas”. A partir desta definição, entende-se que a praça, no campus universitário, possui peculiaridades, ainda que direcionadas a um público específico, que a definem como um local orientado à sociabilidade da comunidade universitária, e que exerce um importante papel na manutenção do desempenho ambiental do campus.

4.3 Praça da Cidadania

Na perspectiva do principal eixo de acesso ao campus, localiza-se a Praça da Cidadania. A praça foi projetada por Roberto Burle Marx, em 1970, como parte de um plano paisagístico global para todo o campus (PD-CT, 2010). A praça foi, desde o início, o ponto marcante da proposta: Burle Marx considerou a edificação existente da Reitoria, propondo uma praça cívica em frente à edificação, no local onde originalmente era um local de circulação de pedestres, ônibus e carros (NECKEL; KÜCHLER, 2010). Sua localização reforça a característica de ponto nodal, transformando o espaço, inicialmente composto por edificações desconexas, em uma praça articulada e plurifuncional. Uma questão fundamental na proposta foi a humanização de seus espaços, voltando as atenções para o cuidado com as edificações, os espaços públicos e os ajardinamentos.

Atualmente, a praça consolidou-se como um pólo sociocultural e educativo, e centraliza os principais eventos e atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade. Localiza-se no centro geográfico do campus, caracterizando um local de passagem, de conexão e distribuição espacial, onde mais de 18 mil pessoas circulam diariamente (PDC, 2005). Sua paisagem é marcada pela circulação de pedestres, que constituem população heterogênea e permanente, para os quais a amplitude da esplanada possibilita a livre circulação. O movimento de pedestres torna-se intenso, sobretudo, ao meio-dia e ao final da tarde. Pela manhã, não se identifica tal característica, o que leva a concluir que a comunidade universitária possui distintos horários, para iniciar a jornada de estudos e trabalho.

A Praça da Cidadania foi concebida com base na funcionalidade do urbanismo moderno e na plasticidade da arquitetura paisagística do período. Seus traços imprimem um aspecto de fluidez, que dialoga com a vocação da praça central, como local de distribuição espacial. No desenho paisagístico, Burle Marx considerou uma proporção de superfícies pavimentadas maior do que de superfícies ajardinadas. Esta configuração foi utilizada nos espaços voltados à função cívica do período modernista, nos quais a supremacia do poder político era expressa através da monumentalidade dos espaços públicos (CALDEIRA, 2007). Era característica das praças modernistas, também, a proposição de grandes superfícies pavimentadas, definindo uma ampla esplanada, quase totalmente livre (TÂNGARI, 2010).

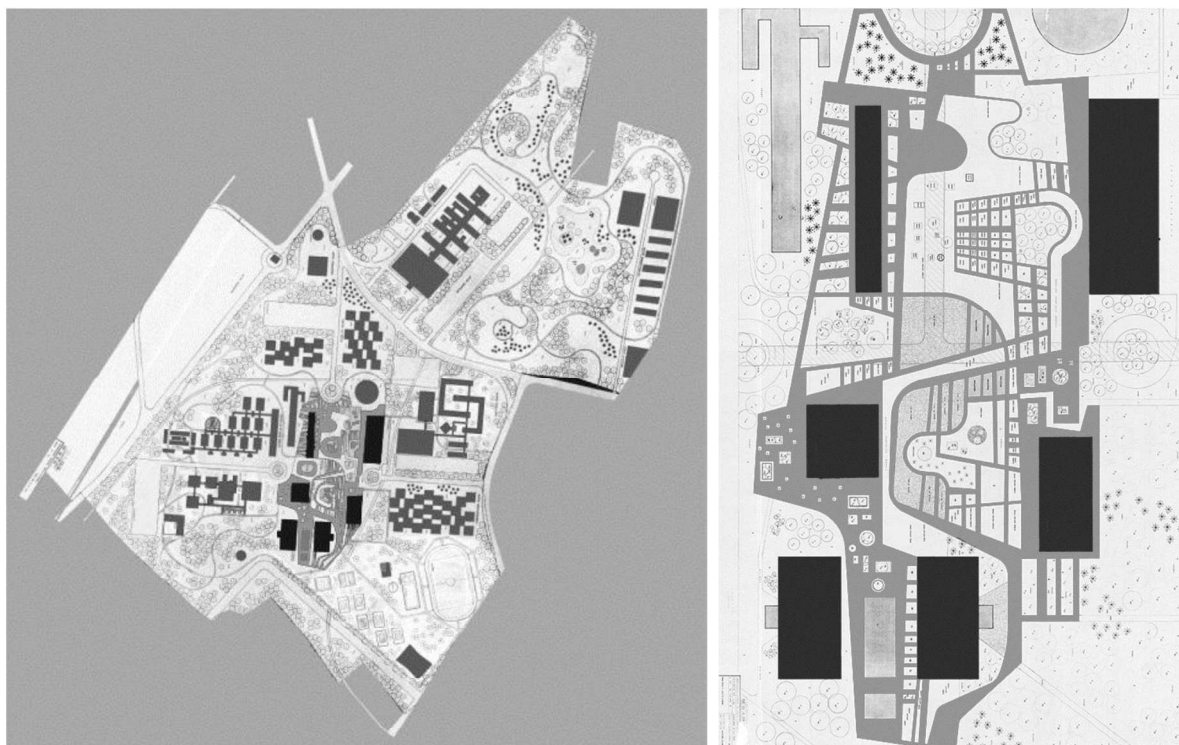


Figura 1: 1) Plano paisagístico global de Burle Marx, para o Campus da UFSC, elaborado em 1970.
2) Projeto da Praça da Cidadania, também de elaboração de Burle Marx (DPAE, 2015).

As edificações no entorno da praça sediam formaturas, congressos, seminários e eventos. A praça está delimitada, à leste, pela Reitoria, à oeste pelo Centro de Comunicação e Expressão (CCE) e pelo Centro de Convivência (CC), à norte pelo Templo Ecumênico, e à sul pelo Centro de Cultura e Eventos (CE) e o Restaurante Universitário (RU). Destas, as mais antigas são a Reitoria e o CCE (antigo Ciclo Básico), que datam de 1960. Estão localizadas de frente uma para a outra, voltadas ao centro da esplanada. Ambas, tendo parte de seus pavimentos térreos com área livre sob pilotis e amplo hall central, acolhem as funções culturais e de convívio da universidade, além de atividades de administração e de ensino. São edificações que emolduram, na praça, uma paisagem característica do período modernista.

De acordo com Caldeira (2007) em torno da esplanada modernista caracterizavam-se espaços-cenários, cuja função primordial era estruturar o conjunto de edificações institucionais. A Praça da Cidadania foi idealizada, urbanisticamente, como uma centralidade político-administrativa, representada pela edificação da Reitoria. Atualmente, a Reitoria continua exercendo o papel de protagonismo na praça: possui auditório e hall central, com funções socioculturais e educativas, bem como políticas e administrativas. Os dois canteiros em frente à edificação distam um do outro, configurando uma esplanada, que reforça a característica de largo político-democrático. As funções de uso deste espaço sugerem que se mantenha a área livre, de modo a preservar o caráter cívico da praça. A esplanada serve como hall externo à edificação, onde ocorrem diversas atividades, tais como manifestações políticas.

A praça possui dimensões aproximadas de 150m x 150m. É uma ampla área livre, se comparada aos demais espaços públicos do campus, composta por ajardinamentos e por uma esplanada pavimentada, em petit-pavé (pedra portuguesa). Esta pavimentação, permeável, contribui para a drenagem das águas de escoamento superficial da praça. A esplanada reforça o seu caráter monumental. Abriga as atividades diárias do campus, e distingue-se pela pluralidade funcional. Esporadicamente, são sediados eventos de maior porte na esplanada, para os quais são montadas estruturas de caráter temporário. Complementarmente, a humanização de seus espaços, fundamental para a sociabilidade, é garantida através da amenização dos estares existentes, da pluralidade funcional e da ambientação paisagística de seus ajardinamentos.



Figura 2: ajardinamentos da Praça da Cidadania: 1) canteiros ornamentais; 2) esplanada em petit-pavet, em frente à Reitoria; 3) canteiro com funções de uso, em frente à Reitoria; 4) canteiros ornamentais, localizados em frente à Reitoria (fotos da pesquisadora).

Nos ajardinamentos da praça, Burle Marx utilizou espécies tropicais, cujo valor ornamental possibilitou que estas fossem empregadas em sua condição natural. Os ajardinamentos definem um cenário visual no qual a vegetação é um elemento compositivo, e simboliza o modelo de praça ajardinada do período modernista⁴. A praça foi planejada para que a vegetação atuasse como moldura tropical das edificações. Os ajardinamentos foram desenhados em uma expressividade gestual, que se opunha ao geometrismo, revelando as seguintes características da praça modernista tradicional (SANTOS, 1999):

- A formação de uma extensa paisagem, que confere à praça o caráter de monumentalidade;
- A definição de um amplo espaço emoldurado por edificações, reforçando o caráter de centralidade;
- A conformação de um espaço simbólico, relacionado ao poder político-administrativo da universidade, devido às edificações representativas em seu perímetro, com destaque para a Reitoria.
- A geometrização dos desenhos de piso, colocando em destaque o plano horizontal da ampla esplanada;

- O emprego de espécies de palmeiras, acentuando a dimensão da verticalidade;
- A oposição entre espécies verticais e rasteiras;
- A repetição de uma única mesma espécie num mesmo canteiro, a fim de ressaltar as qualidades essenciais da mesma.

Atualmente, não há um espaço ou elemento em destaque na praça, no entanto é nítida a hegemonia da esplanada, em relação aos demais espaços, acentuando a monumentalidade e a extensão que lhe são características. Embora não hajam eixos, simetrias ou repetições rítmicas estabelecidos, a composição dos ajardinamentos e a pavimentação em pedra portuguesa, revestindo, uniformemente, quase toda a extensão da praça, contribuem para garantir a sua unidade. A ampla esplanada permite visuais com profundidade de visão. Facilita a identificação das distâncias a serem percorridas, e gera visuais panorâmicas em todas as direções, identificando-se, desde o ponto central, os seus limites espaciais. A forma dos canteiros denota distintas ambiências, ao percorrer-se a praça. Estas ambiências são reforçadas pelas características da vegetação, que atua como elemento compositivo.



Figura 3: ampla área livre, caracterizando a esplanada da praça (foto da pesquisadora).

As sequências espaciais distinguem-se por superfícies pavimentadas, entremeadas por ajardinamentos, nos quais os conjuntos arbóreos, com copas altas, e os maciços arbustivos, de folhagens pouco densas, geram variação nos níveis de permeabilidade visual⁵. Esta condição é reforçada nas situações nas quais as copas das árvores possuem altura e porte semelhantes, possibilitando a sua leitura como um único conjunto. Os ajardinamentos estão agrupados de forma que é possível percebê-los como partes na totalidade do conjunto. O caráter ornamental dos ajardinamentos, em especial aqueles com palmeiras, conjuntos arbóreos e pequenas espécies com florações contrastantes, põe em evidência a plasticidade da vegetação, na composição paisagística da praça. A praça foi projetada como local de encontro, lazer e extensão, da comunidade universitária. Com a sua proposição, pretendia-se recuperar o sentido de percurso, interligando espaços fragmentados do campus, especialmente àqueles localizados no eixo central, transformando-a em um ponto nodal, que articula as atividades. Os valores formais impressos na Praça da Cidadania, a partir do desenho paisagístico de Burle Marx, atestam a qualidade de suas ambiências.

5 CONCLUSÕES

Em seu desenvolvimento, o presente artigo objetivou descrever os conceitos de “áreas verdes” e de “praça”, elucidando-os como a sua fundamentação teórica. A seguir, descreveu as principais características da praça central do Campus da UFSC, a Praça da Cidadania. No cotidiano do campus, a praça exerce uma função de centralidade, com características, em seu desenho paisagístico, que contribuem para o desempenho ambiental do campus. A partir desta pesquisa, entende-se que as praças e as áreas verdes, por sua importância, devem ser contempladas no projeto dos campi e de seus espaços abertos. Por fim, tem-se que, pelo fato de a universidade concentrar inúmeros saberes, e de estar constantemente

produzindo e atualizando conhecimento, esta se distingue como um espaço, em potencial, para a realização de pesquisas que busquem avançar em soluções para a qualidade da paisagem urbana.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENINI, S.M.; MARTIN, E.S. Decifrando as áreas verdes públicas. *Revista Formação*, n.17, volume 2 – p. 63-80. 2010.
- BUCHERINI FILHO, A.T.; NUCCI, J.C. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. *Revista do Departamento de Geografia*, 18 (2006) 48-59.
- CALDEIRA, J.M. A praça brasileira. *Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade*. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2007.
- DPAE (Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia). Setor de Arquivamento. Responsável Técnico: Cristiano Lutz. 2015.
- KAPLAN, R.; KAPLAN, S.; RYAN, R. L. *With people in mind: design and management of everyday nature*. Washington: Island Press, 1998.
- LAMAS, J. M. R.G. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1993.
- LOBODA, C.R.; ANGELIS, B.L.D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. *Ambiência*. Guarapuava, v.1 n.1, p. 125-139. Jan/jul. 2005.
- LYNCH, K. *A Imagem da Cidade*. 3ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- MAGNOLI, M.E.M. *Em busca de outros espaços livres de edificação*. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo: FAUUSP, n. 21, p. 143-173, 2006.
- MASCARÓ, L. *Ambiência Urbana*. Porto Alegre: +4 Editora, 1996.
- MASCARÓ, J. L.; MASCARÓ, L. *Vegetação Urbana*. Porto Alegre: +4 Editora, 2010.
- METZGER, J.P. *O que é ecologia das paisagens?* Disponível em: <http://www.biotaneotropica.org.br/v1n12/pt/abstract?thematic-review+BN00701122001>. Acesso em setembro de 2015.
- MMA (Ministério do Meio Ambiente). *Definição de parques e áreas verdes*. Disponível em <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes>. Acesso em janeiro de 2015.
- NECKEL, R.; KÜCHLER, A.D.C. *UFSC 50 anos: trajetórias e desafios*. Universidade Federal de Santa Catarina. Editora da Universidade. Florianópolis, 2010.
- OLIVEIRA, C.H. *Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 1996.
- PENTEADO, H.M.; ALVAREZ, C.E. *Corredores verdes urbanos: estudo da viabilidade de conexão das áreas verdes de Vitória*. *Paisagem Ambiente: ensaios - n. 24 - São Paulo - p. 57 - 68 – 2007*.
- SANTOS, C.F. *Campo de producción paisajística de Roberto Burle Marx – El jardín como arte público*. Universidad Politécnica de Madrid. Mestrado no Departamento de Composição Arquitetônica, 1999.
- SATTLER, M. A. *Habitações de baixo custo mais sustentáveis: a Casa Alvorada e o Centro Experimental de Tecnologias Habitacionais Sustentáveis*. Coleção Habitare/FINEP. Porto Alegre, 2007.
- SBAU (Sociedade Brasileira de Arborização Urbana). “Carta a Londrina e Ibiporã”. *Boletim Informativo*, v.3, n.5, p.3, 1996.
- SITTE, C. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Tradução Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992. Texto original de 1889.

- TÂNGARI, V.R.; LOPES, A.R.G. *Análise comparativa da transformação e da morfologia da paisagem de dois espaços públicos adjacentes: a Praça Paris e a Esplanada do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Bairro da Glória, Rio de Janeiro. Paisagem & Ambiente: Ensaio - n. 27 - São Paulo, 2010.*
- TARDIN, R. *Sistema de Espaços Livres Públicos. 2008.*
- UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). *Plano Diretor do Campus da UFSC: Diretrizes e Proposições (PDC). Comissão Permanente de Planejamento Físico (CPPF). Florianópolis, 2005.*
- UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). *Plano Diretor do Campus Universitário da Trindade. Revisão conceitual, definições urbanísticas e ambientais. Versão Preliminar para debate com a sociedade (PD-CT). Coordenadoria de Planejamento. (COPLAN). Florianópolis, 2010.*
- VALESAN, M. *Percepção Ambiental de moradores de edificações com pele-verde em Porto Alegre. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, UFRGS.*
- VAZ, N. P. *La place publique comme espace de communication. La place publique centrale de Florianópolis au Brésil et la place parisienne. Saarbrücken, Editions Universitaires Europeennes EUE, 2002. 204 p.*